

**06/05/2013 - A cada R\$ 1 investido em saneamento, economiza-se R\$ 4 em sistemas de saúde, diz OMS**

Estudos mostram que investimentos em saneamento resultam em economia direta em serviços de saúde. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a cada R\$1,00 investido em saneamento, economizam-se R\$ 4,00 em sistemas de saúde. Segundo Davi Gasparini Fernandes Cunha, Doutor em Ciências (Programa de Hidráulica e Saneamento) - EESC/USP e autor do livro Engenharia Ambiental, lançado pela Elsevier, do ponto de vista corretivo, é necessário tratar aqueles que adoeceram como resultado direto ou indireto do déficit de saneamento e remediar e revitalizar rios, córregos, lagos e reservatórios poluídos.

O Brasil se mostra preocupado com o assunto e segundo o autor, existem projetos “interessantes”, como por exemplo, a Política Nacional de Recursos Hídricos (1997), a Política Nacional de Saneamento Básico (2007), a Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010), entre outros. Porém, ele acrescenta que para mudar a realidade são precisos esforços em diferentes áreas.

“As universidades têm diversos papéis importantes, dentre eles o de desenvolver pesquisas e formar recursos humanos que ofereçam subsídios para o aperfeiçoamento e otimização das estruturas de saneamento (por exemplo, estações de tratamento de água e esgoto e sistemas de coleta de efluentes). As OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), como o Instituto TrataBrasil, podem contribuir para mobilizar e informar a população para que o país possa atingir a universalização do acesso ao saneamento básico. Entidades do setor de saneamento e recursos hídricos, como a ABES (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental) e a ABRH (Associação Brasileira de Recursos Hídricos), também têm sido bastante atuantes na área”.

O papel do Poder Público, por sua vez, é o de investir em obras de saneamento básico para aumentar os índices de cobertura de água potável e esgoto tratado. Tais obras, além de beneficiarem diretamente as famílias, geram empregos e contribuem para o desenvolvimento social. Segundo Davi, o diálogo entre essas diferentes esferas, partindo-se do compromisso do Poder Público com o saneamento, deve permitir ampla participação popular, o que garante legitimidade ao processo decisório e aumenta as chances de sucesso.

Em 2010, 2,5 bilhões de pessoas no mundo não possuíam estruturas adequadas de saneamento básico, conforme divulgou a ONU (Organização das Nações Unidas). O saneamento engloba um conjunto de ações que devem garantir à sociedade, acesso à água potável, serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário, gerenciamento dos resíduos sólidos, infraestrutura de drenagem urbana e controle de doenças. Há algum tempo, o homem tem percebido que a água é um recurso finito e dotado de valor econômico e que é preciso fazer alguma coisa para que as gerações futuras não sofram.

“Quando se fala em garantir o acesso à água para as presentes e futuras gerações, há que se levar em conta ações em duas frentes: preventiva e corretiva. Investimentos na prevenção do problema, por exemplo, evitando que um manancial se torne poluído, promovendo coleta e tratamento de esgotos e investindo em programas que considerem a bacia hidrográfica como unidade físico-territorial básica para a gestão dos recursos hídricos pode trazer reflexos positivos sobre a saúde da população e, assim, aliviar a demanda por serviços médico-hospitalares”, finalizou o especialista.

*Activa Comunicação*